

## **CAMPONESES, COOPERATIVA E AVICULTURA: diferentes estratégias de reprodução camponesa<sup>1</sup>**

## **PEASANTS, COOPERATIVE AND AVICULTURE: difference strategy of peasant reproduction**

**Irma Storti**

Mestranda em Geografia da UNIOESTE  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Membro do GEOLUTAS<sup>2</sup>  
irmastorti@yahoo.com.br

### **Resumo**

O presente texto discute a relação entre os camponeses avicultores, vinculados à COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagril) com sede no município de Marechal Cândido Rondon. Assim, ao mesmo tempo em que é analisada a expansão do capitalismo sobre o campo por meio da avicultura, também a atividade avícola é abordada como estratégia de reprodução camponesa, além das outras relações não-capitalistas, desenvolvidas nas pequenas propriedades tais como: mão-de-obra familiar, produção de subsistência, ajuda mútua, dentre outras. A área territorial desse estudo refere-se a dois municípios Marechal Cândido Rondon e Toledo, ambos localizados no Oeste do Paraná.

**Palavras-chave:** Camponeses. COPAGRIL. Avicultura. Produção de subsistência. Estratégia.

### **Abstract**

The present study discusses the relation between the aviculture peasants related to COPAGRIL (Agro Industrial Cooperative-Copagril) which is localized in the municipality of Marechal Cândido Rondon. So, in the same time in which it is analyzed an expansion of the capitalism about the field troughs aviculture, also a poultry activity is accosted is a strategy of peasant reproduction, beyond others non-capitalist relation advances developed by small proprieties such as: familiar hand work, subsistence production, mutual help, within others. The territorial area from that study refers to two municipalities: Marechal Cândido Rondon and Toledo, both placed in west region of Paraná.

**Keywords:** Peasants. COPAGRIL. Aviculture. Subsistence production. Strategy.

## Introdução

O presente texto teve como objetivo discutir a integração da agricultura camponesa ao mercado por meio da avicultura e contraditoriamente à reprodução de relações não-capitalistas no campo. O foco de análise são os camponeses avicultores, vinculados à COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagril), especificamente os camponeses dos municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, no Oeste do Paraná.

Primeiramente, foi abordada a relação entre cooperativas agrícolas e camponeses no Brasil, sendo discutidos as contradições existentes no cooperativismo brasileiro. Com relação aos camponeses, foi analisada a possibilidade da associação em cooperativas constituir-se como estratégia de sobrevivência e reprodução camponesa no capitalismo.

Em seguida, foi feita uma breve análise referente à colonização do Oeste do Paraná, destacando os principais fatos que consolidaram a pequena propriedade e o cooperativismo empresarial.

Também tratou-se de alguns acontecimentos referentes à trajetória da COPAGRIL e o seu papel fundamental em relação à inserção dos camponeses no mundo da mercadoria.

Posteriormente, foi analisada a avicultura como expressão do avanço do capitalismo sobre o campo, ao mesmo tempo em que é uma atividade não-capitalista referente à agricultura camponesa. Também foi analisada a sujeição da renda da terra ao capital e suas especificidades na atividade avícola.

Foram abordadas algumas estratégias de existência dos camponeses avicultores, vinculados a COPAGRIL.

Quando o camponês investe na avicultura, a questão central está no objetivo de permanecer na terra de trabalho. Mas ao investir na atividade avícola, o camponês necessita utilizar relações não-capitalistas tanto para se integrar cada vez mais ao mercado, como para permanecer no campo.

## Cooperativas e camponeses no Brasil

O movimento cooperativista agrícola, no Brasil, surgiu nas primeiras décadas do século XX, iniciativa de pequenos produtores, que se reuniram para a comercialização comum de seus produtos, buscando eliminar os intermediários, objetivando, assim, aumentar os lucros (FLEURY, 1983, p.39).

Segundo Fleury, (1983, p.39), as cooperativas agrícolas, no Brasil, foram fundadas, no final da década de 1920, por produtores de origem japonesa, sendo fundada a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia, atual Cooperativa Agrícola de Cotia.

No ano de 1932, foi promulgado um decreto-lei sobre a constituição e funcionamento das cooperativas, facilitando a fundação das cooperativas e isentando-as de uma série de impostos. Assim, a partir dessa data, o Estado passou a regulamentar a constituição de cooperativas, incentivando ao máximo a sua criação (FLEURY, 1983, p.40).

No dia 02 de dezembro de 1969, no IV Congresso Brasileiro de cooperativismo realizado em Belo Horizonte, foi criada a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Em 1971, foi criada a lei cooperativista. Segundo essa lei, só pode ser considerada “cooperativa” aquela que é registrada na OCB.

A constituição federal, de 1988, definiu uma nova política para as cooperativas, sendo vedada à interferência estatal em seu funcionamento, ao contrário do que foi decidido na lei 5.761/71 que regulamentou as imposições da ditadura militar no sistema cooperativista.

Rech, (2000, p.12), coloca que “a legislação brasileira que regula a vida das cooperativas é de procedência conservadora e tem nítida influencia neofascista sendo que a lei ao invés de incentivar a cooperativas vem no sentido de limitar a experiência”.

Devido ao fato do cooperativismo, no Brasil, ter ligação com a ditadura militar e também por causa da lei de 1971, as cooperativas acabam se tornando representantes do poder econômico, predominado a idéia de que o mercado resolve os problemas, contribuindo ainda mais para o denominado “cooperativismo empresarial”. Dessa forma, ao invés do associado ter uma posição ativa diante da cooperativa, acaba

assumindo uma posição passiva, devido ao modelo de cooperativa que está posto no Brasil.

No capitalismo, as cooperativas agrícolas constituem-se como empresas, devido às exigências do mercado, ou seja, mesmo que comecem pequenas acabam optando pelo crescimento e pela incorporação de tecnologias, o que é exigência do próprio modo de produção capitalista em que estão inseridas.

Quando se trata de cooperativismo, em geral, parte de seus princípios doutrinários. O seu conhecimento é fundamental para ter uma idéia de suas especificidades e de seus objetivos permanentes. No entanto, é preciso analisar a doutrina cooperativista, a partir da realidade socioeconômica contemporânea. (FRANTZ, 1983, p.09). Nesse sentido é preciso destacar:

O cooperativismo, ou melhor, dito os movimentos sociais de cooperação, não podem ser reduzidos àquelas organizações cooperativas que tiveram sucesso econômico. A capacidade de um povo em geral vai bem mais longe. O que aparece muitas vezes é o que não foi reprimido, ou seja, aquilo que as focas socioeconômicas e políticas dominantes deixaram que aparecesse e se desenvolvesse. (FRANTZ, 1983, p.09).

As diversas limitações que são impostas principalmente através das leis, voltadas para as cooperativas, acabam transformando o cooperativismo no cooperativismo empresarial.

Entretanto, existem tentativas de promover o cooperativismo, voltado para as pessoas, como é o caso da UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Uma das lutas da UNICAFES é contra o fato das cooperativas necessitarem de licença para existir e também por causa da lei de 1971 (ainda em vigor) que exige que as cooperativas sejam vinculadas a OCB.

O objetivo não é discutir a proposta da UNICAFES, apenas mostrar que existem propostas que não são voltadas para o cooperativismo empresarial. Nesse texto, pretende-se discutir sobre os camponeses que estão vinculados ao cooperativismo empresarial.

Mas o que tem os camponeses a ver com as cooperativas agrícolas? Eis que se está diante de uma face ambígua dessa questão. Por um lado, tem-se cooperativas que buscam ser instrumento de subordinação da agricultura camponesa através da sujeição da renda da terra ao capital. Por outro lado tem-se os camponeses que ao se associarem

em cooperativas estão em busca de uma estratégia de reprodução camponesa no capitalismo.

Antes de avançar na análise sobre a relação das cooperativas com os camponeses no Brasil, é necessário tratar sobre os camponeses, de como constitui-se como classe e modo de vida no capitalismo.

Camponês e campesinato são conceitos de grande vitalidade, tanto de força histórica, quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de burguesia. Assim, campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social, como no político. Como não se pode declinar o conceito de burguesia para falar somente em capitalistas, não é possível usar o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor. (MOURA, 1986, p.13).

Nesse sentido, Almeida, (2003, p.222), corrobora que apesar do conceito de camponês ter sido importado pelo partido comunista, na década de 1960, o seu uso, no Brasil explica-se pelo fato de que é o único capaz de dar visibilidade à classe. Entretanto, é apenas uma estenografia conceitual, pois é no trabalho empírico que se afirma e define quem são os camponeses. Moura, (1986, p.12), complementa:

Camponês é um produtor que se define por oposição ao não produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar, conceituação essa defendida por antropólogos. Situando a questão da subordinação na extração da renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro, tal conceito aparece em Marx. (MOURA, 1986, p.12).

Entende-se os camponeses como muito mais que produtores, pois representam um modo de vida, que está pautado no objetivo de permanecer na terra de trabalho. Eles são frutos do modo de produção capitalista e não algo externo a ele.

A presença de camponeses, no Brasil, já foi diagnosticada no Nordeste na figura do morador e do proprietário de sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açúcar no século XVI. Esses camponeses constituíram o “germe” do campesinato nordestino. (ANDRADE, 1995, p.69).

Oliveira, (1986, p.35) destaca que, no Brasil, o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, no que diz respeito à agricultura, foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como consequência evidente da crise do trabalho escravo.

O camponês desempenha um contraditório papel que de um lado expressa sua resistência em desaparecer, e de outro lado é resultado do próprio capitalismo que não o

extingue. Entre essas possibilidades encontra-se o trabalho camponês (MOURA, 1986, p.19).

Conforme Fabrini, (2003, p.117), sobre os camponeses foram feitas várias interpretações, desde um obstáculo para o desenvolvimento para a sociedade, passando pela barbárie, até as profecias de seu desaparecimento devido à expansão das relações capitalistas, sendo recentemente interpretado como um agricultor familiar.

A substituição do conceito de camponês por agricultor familiar é defendida por vários autores entre os quais destaca-se o trabalho de Abramovay (1992) e Hespanhol (2000). Na concepção desses trabalhos, as unidades produtivas familiares não podem ser consideradas camponesas, principalmente pro conta da incorporação dessas unidades ao mercado.

Entende-se que substituir o conceito de camponês pelo de agricultor familiar, é eleger o mercado como unidade central de análise. Assim, por meio dessa perspectiva teórica não é possível atentar para as relações sociais de produção na pequena propriedade.

Como o desenvolvimento do capitalismo sofreu alterações, o camponês não permaneceu estático, mas também passou por adaptações para permanecer camponês.

Um dos objetivos desse texto é, justamente, demonstrar que a integração da agricultura camponesa ao mercado não destruiu o campesinato. A integração avícola, por exemplo, é uma estratégia dos camponeses para permanecerem na terra de trabalho.

A avicultura é uma atividade que representa a expansão do capitalismo, mas também é uma atividade não-capitalista da produção camponesa. O próprio capital utiliza-se da avicultura para sua expansão, o que justifica o interesse de grandes empresas pelo investimento na atividade. Martins (2004, p.21) demonstra que

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo, o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também, de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. (MARTINS, 2004, p.21).

É nesse sentido, que serão abordados os camponeses avicultores, vinculados à Copagril. Antes de focar análise sobre as estratégias de existência dos camponeses avicultores, é necessário tratar de como “surgiu” a pequena propriedade no Oeste do Paraná.

## Cooperativismo, colonização e pequena propriedade

Há a necessidade de tratar da colonização no Oeste do Paraná, para entender o porquê da existência da pequena propriedade e sua relação com a questão do cooperativismo. Entretanto não é objetivo discutir com profundidade o processo de colonização em Marechal Cândido Rondon e Toledo, no Oeste do Paraná.

Segundo Gregory, (2002, p.60) a partir do final do século dos anos de 1960, a região colonizada pela Maripá (Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A), teve como prioridade os migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Conforme Schneider, (2000, p.98), a Maripá teve preferência pelos agricultores sulinos, já que para eles atrair esse tipo de “colono”, com experiência de produzir na pequena propriedade, adaptado ao clima temperado da região, e dedicado ao plantio de diversas espécies de cultura significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador.

A Maripá constituída, em sua maioria, por acionistas do Rio Grande do Sul, foi responsável pela colonização das micro-regiões de Toledo e Marechal Cândido Rondon. A Maripá organizou um programa de colonização marcado pelo planejamento e direcionamento de seus interesses comerciais.

O programa de colonização da empresa Maripá estava baseado no Plano de Ação, plano elaborado pelos próprios dirigentes, que apresentava as seguintes preocupações, entre as quais se destacam:

A escolha do elemento humano a ser atraído, a instalação da pequena propriedade, o cultivo da policultura e industrialização, sendo estes os pontos considerados primordiais a colonização uma vez que o traçado de tais planos esboçavam os passos necessários a serem seguidos diante do “inóspito” e desconhecido meio. (SCHNEIDER, 2000, p.98).

Schneider, (2000, p.99), ainda coloca que, primeiramente, a companhia tinha por objetivo a industrialização e o beneficiamento de madeiras para a exportação. Sendo assim, o interesse pela colonização vem seguido por organização de uma infra-estrutura.

Segundo Niederauer, (1984, p.35):

A tarefa consistia, pois em dividir todo esse latifúndio em pequenas glebas, isto é, colônias de uns 25 hectares. Cada grupo de colônias tinha que estar provido de um povoado com, no mínimo, casa comercial, igreja, escola, assistência médica. (NIEDERAUER, 1984, p.35).

Schneider, (2000, p.100), destaca que foi, a partir de uma ação empreendedora que os dirigentes procuraram reger a população migrante em todos os seus aspectos, o que significa a preservação de um espaço social centrado na ordem, em que o trabalho e a produção pudessem desenvolver-se conjuntamente com as transformações.

Na década de 1960, surgiram os primeiros movimentos a favor do cooperativismo na região Oeste do Paraná. Gerke, (1992, p.16), comenta que, a princípio, as cooperativas não agradaram os militares devido ao fato de ser uma associação de pessoas em busca de um mesmo objetivo.

Gerke, (1992, p.17) complementa que, na década de 1970, foram criadas legislações que deveriam regularizar esse sistema associativo. Assim, as cooperativas passaram a ser controladas pelo governo, sendo as cooperativas usadas como um elemento para auxiliar a modernização da agricultura.

Como as cooperativas surgiram nesse período é necessário colocar que:

Tendo em vista que estas cooperativas nascem no contexto da modernização é evidente que elas são mais adequadas aqueles produtores que estiverem melhor enquadrado nesse modelo. Estes produtores são basicamente aqueles que cultivando em grande escala, conseguem assegurar-se de um lucro médio razoável ao longo dos anos. Alguns conseguiram chegar a esse patamar. No entanto outros apesar de terem se modernizado, não conseguiram transformar-se em empresários rurais, menos por ineficiência em mais por que não há lugar para todos, simplesmente a terra é um recurso limitado. Diante disso a luta principal é a de através da produção garantir a manutenção de suas condições de trabalho e se possível para os filhos. Em outros termos significa reproduzir enquanto colono. (FRANTZ, 1982, p.13).

No Oeste do Paraná, houve uma colonização que privilegiou a pequena propriedade, o que acabou ajudando, de certa forma, a expandir o cooperativismo empresarial.

Antes, porém de analisar os camponeses, vinculados ao cooperativismo empresarial, é preciso tratar da história da Copagril.

## **A COPAGRIL**

A COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagril) com sede, no município de Marechal Cândido Rondon-PR, baseada nas práticas do cooperativismo, promoveu o desenvolvimento do capitalismo no Oeste do Paraná. É necessário apontar alguns



acontecimentos que promoveram a expansão do capital e a inserção dos camponeses no mundo da mercadoria.

Gerke, (1992, p.116), afirma que os primeiros movimentos a favor do cooperativismo, no município de Marechal Cândido Rondon, não partiram de pequenos agricultores, mas de profissionais da educação e assistência rural. Isso é indicativo de que o cooperativismo empresarial foi colocado para o camponês para inseri-lo no mercado, pois a agricultura praticada era a de subsistência, fator com que a cooperativa tivesse sucesso no início de sua implantação.

No dia 09 de agosto de 1970, a Assembléia Geral de constituição, convocada pela Comissão Organizadora, fundou a COPAGRIL (Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda.). Participaram dessa reunião 29 produtores. Conforme Gerke, (1992, p.21), uma parte dos fundadores era formada por pequenos agricultores que trabalhavam diretamente na lavoura, e a outra era composta por empresários do comércio e indústria ou profissionais liberais que tinham na agricultura um auxiliar de seus negócios.

A primeira gestão da COPAGRIL teve como preocupação as condições físicas da cooperativa e a aquisição de terrenos para as instalações de entrepostos em distritos e municípios vizinhos. Ainda, no segundo ano de existência, a COPAGRIL, conseguiu dois mil associados.

Na década de 1980, destacaram-se os seguintes acontecimentos: criação da subsidiária TRANSCOPAGRIL-COPAGRIL (Transportes Rodoviários Ltda.), implantação do centro de processamento de dados e indústrias gráficas, instalação do mercado em Entre Rios do Oeste, construção do posto de recebimento e loja de fornecimentos de insumos na localidade de São Roque/ Mal. Cdo. Rondon e Porto Mendes/Mal.Cdo. Rondon, construção da unidade de beneficiamento de algodão da unidade Rondon.

O período de 1977 a 1999, foi marcado pela manutenção das estruturas da cooperativa em perfeitas condições de funcionamento, com a aplicação de muitos recursos, para dar a seu quadro de associados as condições para que continuasse na propriedade produzindo.

No ano de 2005, a COPAGRIL inaugurou a unidade industrial de aves, sendo que a capacidade de abate da unidade é de 160 mil aves por dia, o que corresponde a uma produção líquida de carne de frango inteiro, miúdos e cortes especiais.

Para a construção do frigorífico de aves foram utilizados R\$ 50 milhões de reais de financiamento, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico) e 30% de recursos próprios da COPAGRIL (STORTI, 2006, p.22).

Com a implantação da avicultura a COPAGRIL (Cooperativa Agrícola Mista Rondon) passou a ser denominada Cooperativa Agroindustrial Copagril. Ao concordar com que a COPAGRIL se transformara em uma agroindústria poder-se-ia citar Silva (1996, p.01) que explica que “complexo agroindustrial” é:

A substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição da exportação pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.01).

Com relação ao CAI (Complexo Agroindustrial) elege-se a indústria ligada a ela como sendo mais importante que a agricultura. Nessa abordagem a agricultura é considerada subordinada a indústria.

Wilkinson (1986, p.47) comenta que o conceito de complexo agroindustrial é extremamente enganoso na medida em que implica uma forma unificada de capital. Assim, a tese peca por uma falta de atenção às características específicas da terra como meio de produção e não simplesmente como expressão de uma relação social, ou seja, pela falsa abstração de um “complexo agroindustrial” como expressão homogênea do capital.

Entende-se, que um dos caminhos para compreender essa questão é o que destaca Oliveira (2003, p.347):

O fato do modo industrial de produzir, avançar suas bases na agricultura não significa que a terra transforme-se automaticamente em capital (...) Trata-se de uma relação entre terra e capital, agricultura e indústria, na qual a presença de produtos de origem industrial aumenta, e com eles a presença de produtos agropecuários. É preciso deixar claro que não estamos diante de um processo produtivo em que automatizou totalmente o processo exclusivamente industrial. Um aviário não pode ser construído em qualquer lugar, independentemente como aconteceu com a atividade industrial. Portanto, estamos diante de uma atividade agropecuária que incorporou o modo industrial de produzir e por isso adquire características novas e imprime interpretações igualmente novas. (OLIVEIRA, 2003 apud Misuzaki 2003, p.347).

A COPAGRIL está em expansão através de uma indústria que depende da agricultura, tanto da produção de milho e soja, quanto da avicultura. Nesse processo está o camponês avicultor, que se por um lado atua como agente de expansão do capitalismo, por outro, acaba mantendo-se camponês nesse processo contraditório de desenvolvimento do capital.

É preciso ressaltar, que a COPAGRIL é uma empresa que dentro do capitalismo necessita crescer, para enfrentar a concorrência do mercado. É evidente, que a cooperativa e os camponeses possuem interesses opostos: enquanto a cooperativa se pauta na produção capitalista ampliada, os camponeses visualizam o atendimento de suas necessidades com a avicultura e a manutenção na terra de trabalho.

A construção da unidade industrial de aves proporcionou a intensificação do capitalismo no campo. Mas, isso não é sinônimo de que as relações não-capitalistas foram eliminadas, pois o capitalismo para dar continuidade (expansão) ao processo de acumulação ampliada utiliza-se igual, contraditória e desigualmente dessas relações não-capitalistas.

### **Relação entre cooperativa, campesinato e avicultura**

A avicultura é uma atividade, realizada em médias e pequenas propriedades em que normalmente o agricultor desenvolve outras atividades, sejam elas voltadas para o mercado ou para a subsistência, dificilmente tendo somente a avicultura na propriedade.

Segundo Paulino, (2006, p.121), “tomar a integração a partir de uma contraposição simplista, pautada no pressuposto de que, se a mesma é vantajosa para a empresa, obrigatoriamente os integrados só têm a perder, é um equívoco”. Sendo assim, a avicultura foi uma das formas encontradas pelos camponeses de se reproduzirem enquanto camponeses proprietários.

É importante estabelecer a relação entre cooperativa, campesinato e avicultura para entender o processo de subordinação da agricultura camponesa. Apesar de a avicultura representar a expansão do capitalismo no campo, isso não significa que nas propriedades, onde é realizada, não haja relações ligadas à produção camponesa, como

por exemplo: a mão-de-obra familiar, produção de subsistência, dentre outras. É necessário ressaltar:

A noção de que o camponês traria imbuída a idéia de propriedade privada é às vezes usada como evidência de que estaria interessado na acumulação de bens para ascender à condição de capitalista, finalmente alcançada por alguns. É preciso recordar que, do mesmo modo que o camponês quer ser proprietário de terra onde mora, o operário também quer ser proprietário da casa onde reside. Isso não quer dizer que pensem como capitalistas, ou o que é ainda mais difícil que almejem tornarem-se capitalistas. (MOURA, 1986, p.41).

O camponês, ao investir na avicultura e com isso favorecer a expansão do capitalismo no campo, não perde suas raízes camponesas. Através de relações não-capitalistas que o capital oculta, como a mão-de-obra familiar e a produção de subsistência, o capital se expande de forma contraditória, enquanto que, por um lado são esses tipos de relações que identificam o camponês como elemento contraditório do capitalismo.

Martins, (2002, p.60), afirma que o camponês não vende a força de trabalho e sim o fruto do seu trabalho que nasce com sua propriedade. Isso porque ele ainda dispõe dos meios de produção, sendo o mais importante a terra.

O trabalho do camponês deve ser analisado como uma das características do campesinato, jamais como o “centro” do campesinato. Antes, é necessário analisar todas as relações sociais existentes na pequena propriedade. Nesse sentido, pode-se considerar o campesinato como um modo de vida.

A integração abre caminho para a produção do capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, ou seja, as integradoras estão se apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Essa é uma das razões pela qual os camponeses são considerados por essas empresas, como “parceiros” ideais (PAULINO, 2006, p.114).

Conforme Paulino (2006, p.115), é necessário analisar as especificidades do sistema de integração em que a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está no trabalho que os camponeses colocam no mercado, ou seja, a produção de capital está vinculada à sujeição da renda da terra e não do trabalho ao capital.

Nos casos em que há um maior domínio do capital sobre o campo, como é o caso dos camponeses, integrados na avicultura, ocorre o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Dessa maneira, a sujeição da renda esconde-se na circulação da

mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas, por meio de alimentos a baixo custo. (ALMEIDA, 2006, p.98).

Mizusaki, (2003, p.315), afirma que a renda da terra na avicultura deve ser observada, respeitando suas especificidades, pois quando o avicultor estabelece um contrato de parceria com a empresa e realiza um financiamento no banco, ocorre à dependência do avicultor e de toda a sua unidade produtiva, com o capital industrial e financeiro.

Outro fator a ser ressaltado é que o camponês é subordinado à cooperativa e avicultura enquanto possuir financiamento para pagar, a capacidade do proprietário de auferir renda da terra fica subordinada ao capital industrial e financeiro. É necessário enfatizar que:

Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário formal da terra, mantendo o trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos garantidos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a de proprietário nominal, passando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. (MARTINS, 1981, p.176).

Apesar do camponês estar cada vez mais no “mundo da mercadoria”, ele possui a terra. Segundo Martins, (2002, p.87), a terra é a base da formação agrícola, é um meio de produção, pois ela não é produto do capital. Para que a terra entre no processo de acumulação do capital, é necessário fazer investimento de capital, representado por máquinas e ferramentas, sementes, insumos e também o capital do salário oculto de quem trabalha em lavoura própria.

### **Os camponeses integrados na avicultura**

Assinalar a presença de camponeses, em uma atividade como a avicultura, que é marcada por elevados índices de tecnificação, exige algumas considerações a respeito da propriedade privada da terra.

Ao tratar, sobre os camponeses avicultores vinculados a COPAGRIL, é necessário esclarecer que existem dois tipos de propriedade privada da terra, a capitalista e a camponesa.

Na propriedade capitalista, a terra constitui-se em terra de negócio, pelo fato de consistir em instrumento de exploração de trabalho alheio, logo de extração de mais-valia. Quanto à propriedade camponesa, constitui-se em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar, assim, essa não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família. (PAULINO, 2006, p.30).

É preciso ressaltar que não é objetivo discutir sobre os pequenos proprietários que utilizam a avicultura para obter acúmulo de capital. A análise referente aos camponeses avicultores vinculados a COPAGRIL, refere-se à propriedade camponesa, em que a terra é utilizada como terra de trabalho, sendo predominante a mão-de-obra familiar.

A construção da unidade industrial de aves proporciona uma série de transformações, ao mesmo tempo em que mantêm relações típicas do universo camponês com a instalação de aviários.

Uma das mudanças mais significativas, relacionadas ao aviário, é a perda da “liberdade” das pessoas, pois a avicultura altera o cotidiano da família porque sempre deve ter alguém na propriedade para cuidar do aviário.

Apesar da avicultura não ser uma atividade que exige muito esforço físico, e o aviário ser semiclimatizado, o agricultor sempre tem que ficar atento a qualquer brusca na temperatura e regular no painel de controle, que é um equipamento que marca a temperatura interna do aviário, que pode ser tanto manual como automático.

Além da preocupação com a temperatura, há um cuidado com a queda da energia elétrica, porque se a energia vier a faltar, os equipamentos param e há risco de mortalidade dos frangos. Por isso, o aviário exerce uma pressão sobre o avicultor, inclusive “psicológica”.

O aviário também subordina o avicultor ao capital industrial e financeiro, sendo que a renda obtida com a produção de frangos é destinada ao pagamento das parcelas do financiamento. O pagamento das parcelas no banco Sicredi é feito semestralmente e tem duração de cinco anos. O valor do financiamento é de R\$ 150.000 reais e o valor de cada parcela é de R\$ 23.000 reais (STORTI, 2006, p.29).

Por outro lado, como a avicultura provoca mudanças, ela necessita das permanências, assim: “São chamados fatores de persistência ou permanência, os que

contribuem para a continuidade dos modos tradicionais de vida; e de transformação, os que representam a incorporação aos padrões modernos” (CANDIDO, 1987, p.200).

As permanências que destacam-se no caso da avicultura são: produção de subsistência, mão-de-obra familiar, ajuda mutua e relações de troca de produtos da horta e solidariedade.

A produção de subsistência é um elemento que merece destaque quando se trata de avicultura. Com relação à horta, é necessário colocar que ela faz parte da produção de subsistência. Pois pode-se considerar a avicultura como uma atividade em que os camponeses investem para atender as necessidades de sua família. Assim, a atividade avícola, embora integrada ao mercado, pode ser considerada como parte da produção de subsistência. Com relação à categoria subsistência Garcia Júnior (1983, p.16) destaca:

Subsistência, aqui, tenta voltar à acepção clássica, sobretudo em Marx e Ricardo, isto é, aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. Subsistência não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do qual a existência física não seria possível, mas uma categoria social que permite estabelecer padrões e normas de reprodução que são socialmente aceitáveis. (GARCIA JUNIOR, 1983 p. 16).

Por mais que a avicultura cause mudanças, o camponês não pode ser considerado um operário especializado, pois por trás de toda a modernização de um aviário está o pequeno proprietário que continua plantando produtos para a subsistência, mão-de-obra familiar e ajuda mútua entre os vizinhos prova de que a expansão do capitalismo não é uniforme, destruindo os elementos da produção camponesa.

O que chama a atenção, na propriedade camponesa, são as relações de troca de produtos da horta. Nessas relações, o capital não está presente e os camponeses, ao trocarem produtos da horta, não estão norteados com interesses mercadológicos. Ao mesmo tempo em que o capital não está presente nos objetivos dos camponeses ao trocarem os produtos, há o outro lado em que os camponeses não precisando comprar esses produtos, podem investir maior capital na avicultura.

A ajuda mútua é um dos fatores que também merece destaque na avicultura, mesmo a atividade avícola sendo uma das atividades que mais representam o capitalismo avançado no campo, a atividade não destrói a ajuda mútua que se constitui em troca de favores. Dessa forma, o camponês avicultor ajuda o outro com a intenção de que quando precisar será atendido.

A mão-de-obra familiar, elemento da produção camponesa na avicultura constitui-se de uma das permanências mais importantes, ligada à atividade avícola, pois o capital ao expandir-se utiliza-se da mão-de-obra familiar, sendo que esse trabalho não é “pago” pelo capital.

Outro assunto relativo à questão dos camponeses avicultores é a solidariedade presente entre eles, sendo essa uma característica que a construção de um aviário na propriedade não conseguiu destruir. Um exemplo é quando necessitam de ajuda para limpar o aviário após a entrega do lote dos frangos. Nesse caso chamam o vizinho para ajudar.

É importante ressaltar que não é uma relação baseada na compra da força de trabalho, com ocorre tipicamente na produção capitalista. Neste caso, o “pagamento” é o convite para o almoço, ou um simples “muito obrigado”, na certeza de que vão sempre se ajudar. Mas, o “muito obrigado” é para ter certeza de quando precisar limpar seu aviário será atendido, como se fosse uma dívida moral.

### **Considerações Finais**

Por meio da análise referente aos camponeses integrados na avicultura e vinculados ao cooperativismo empresarial é possível chegar a um conjunto de verificações:

Ao tratar dos camponeses avicultores vinculados à COPAGRIL, foi possível apreender a relação existente entre a integração dos camponeses ao mercado, e contraditoriamente a reprodução de relações não-capitalistas nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, pertencentes ao oeste do Paraná.

Foi possível analisar os problemas existentes no cooperativismo brasileiro e também o porquê das leis, voltadas para as cooperativas serem extremamente autoritárias. Também foi possível analisar os camponeses que estão vinculados ao cooperativismo empresarial.

A avicultura enquanto atividade da produção camponesa constitui-se de uma atividade extremamente contraditória, que se por um lado atua como expansão do capital, por outro lado, mantém o camponês na terra de trabalho.



É possível apreender a avicultura enquanto estratégia de reprodução camponesa, desde que a análise, voltada para o campesinato seja para além do econômico. A integração dos camponeses avicultores e ao mesmo tempo a reprodução de relações não-capitalistas, refletem essa questão.

Outra questão é em relação ao cooperativismo empresarial. É preciso analisá-lo do ponto de vista do associado, que muitas vezes acaba assumindo uma posição passiva diante da cooperativa, nesse caso específico a COPAGRIL.

Mesmo que os camponeses assumam uma posição passiva diante da cooperativa, também visualizam a associação na cooperativa, como fundamental para ser possível o investimento na avicultura.

Dessa forma, ao pesquisar sobre camponeses e avicultura é necessário evitar o reducionismo econômico, presente em tantos trabalhos referentes ao campesinato brasileiro.

Nesse sentido, a abordagem sobre os camponeses integrados na avicultura é sobre a dimensão não-capitalista da propriedade camponesa, ou seja, sobre a mão-de-obra familiar, produção de subsistência, ajuda mútua e a própria avicultura.

É, a partir da análise dessas relações, que é possível compreender a integração do camponês ao mercado como estratégia de reprodução camponesa dentro do modo de produção capitalista.

## Notas

---

<sup>1</sup>Esse texto é parte das reflexões realizadas na pesquisa intitulada: “As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados a Copagril.” A pesquisa está em desenvolvimento.

<sup>2</sup> Trata-se do GEOLUTAS (Laboratório de geografia das lutas no campo e na cidade). Fundado em 2007 é um espaço de pesquisa a respeito da temática dos conflitos sociais e da resistência dos povos frente à expansão das relações capitalistas, seja no campo ou na cidade. É vinculado ao colegiado do curso de Geografia (CCG) da Unioeste-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Mais detalhes sobre o grupo consultar: [www.unioeste.br/projetos/geolutas](http://www.unioeste.br/projetos/geolutas)

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. Campinas: HUCITEC, 1992. 275p.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 2003. 391f. Tese (Doutorado em Geografia.). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife, IPESP/HUCITEC, 1995. 130p.

BAGGIO, Francisco Adelar (org). **Elementos de cooperativismo e administração rural.** Ijuí FIDENE, 1983. 215p.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito.** 7 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.376p.

COOPERATIVAS. Disponível em: < [www.ocepar.org.com.br](http://www.ocepar.org.com.br) > Acesso 20 out 2008.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra.** Cascavel: UNIOESTE, 2003. 275p.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global, 1983.

FRANTZ, Telmo. **Potencialidades e cooperativismo no Oeste do Paraná.** In: BAGGIO, Francisco Adelar (org). Elementos de cooperativismo e administração rural. Ijuí: FIDENE, 1983. p.09-15.

GARCIA JR, A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** 1975. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236p.

GERKE, Arno Alexandre. **Copagril: uma análise do cooperativismo no Oeste do Paraná.** 1992. 402f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de História. UFPR - Universidade Federal do Paraná, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, UNICAMP, 1996. 217p.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial.** Migrações no Oeste do Paraná. (1940-70). Cascavel: UNIOESTE, 2003.266p.

HESPANHOL, R. A. de Medeiros. **Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente.** 2000. 264f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP/Campus de Rio Claro, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 210p.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. 157p.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: VOZES, 2002. 232p.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** 2003. 432f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.77p.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná:** a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Grafo-set, 1992. 185p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. 168p.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986. 88p.

PAULINO, Tomiasi Eliane. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006. 428p.

RECH, Daniel. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro, DP&A, 2000. 190p.

RELATÓRIO DA COPAGRIL. Disponível em: < [www.copagril.com.br](http://www.copagril.com.br) > Acesso 22 out 2008.

SCHNEIDER, IVAN CLAÉRCIO. Contribuição para o estudo de um projeto de colonização no Oeste do Paraná: Fundamentos Socioculturais. In. LOPES, A. Marcos (org.). **Espaços da memória:** Fronteiras. EDUNIOESTE, Cascavel, 2000, p.95-109.

STORTI, Irma. **Mudanças e permanências na produção camponesa com a instalação de aviários em Marechal Cândido Rondon.** 2006. 47f. Monografia (Licenciatura em Geografia). UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Campus de Marechal Cândido Rondon, 2006.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo-Salvador, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola–CEPA –BA/HUCITEC, 1986.219p.